

# **RELATÓRIO CONTÁBIL DE ENCERRAMENTO DO 2º TRIMESTRE DE 2024**

**Comissão de Valores Mobiliários - CVM**

**Órgão 25203**

**Sede - Rio de Janeiro/RJ**



**Presidente**

João Pedro Barroso do Nascimento

**Superintendente Administrativo-Financeiro**

Cintia de Miranda Moura

**Contador Responsável**

Maurinei Marcos dos Santos (CRC/AM nº 013.988/O-3)

**Equipe de Contabilidade**

Fernando Feitosa Rangel (CRC/ES nº 009.612/O-5)

Eduardo Silva de Medeiros (CRC/RJ nº 087.935/O-8)

Fabiano Mattos Gomes (CRC/RJ nº 133.126/O)

Marcelo Ricardo Estevão



## Sumário

1. Apresentação .....	4
2. Resumo das Políticas Contábeis Significativas.....	5
3. Demonstrações Contábeis 2024.....	12
Balanço Patrimonial .....	13
Balanço Orçamentário.....	15
Balanço Financeiro.....	17
Demonstração de Fluxos de Caixa .....	19
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	20
4. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	21
Nota 01 – Créditos Tributários a Receber.....	22
Nota 02 – Dívida Ativa Tributária e Não Tributária.....	23
Nota 03 – Demais Créditos e Valores.....	24
Nota 04 – Bens Móveis e Depreciação.....	25
Nota 05 – Softwares e Amortização Acumulada de Softwares.....	25



# **1. APRESENTAÇÃO**

## **INFORMAÇÕES GERAIS**

### **Natureza jurídica da entidade**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi criada em 07/12/1976 pela Lei 6.385/76, com o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil. A CVM é uma entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Economia, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira e orçamentária.

### **Domicílio da entidade**

A CVM tem sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686.

Possui também uma representação na cidade São Paulo/SP, à rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000, e também uma outra representação em Brasília/DF, situada na SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031.

### **Natureza das operações e principais atividades da entidade**

Entre as competências atribuídas pela Lei nº 6.385/1976 destacam-se:

Desenvolvimento do mercado: Estimular a formação de poupança e a sua aplicação em valores mobiliários; promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações; e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social de companhias abertas sob controle de capitais privados nacionais (Lei 6.385/76, art. 4º, incisos I e II).

Eficiência e funcionamento do mercado: Assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados da bolsa e de balcão; assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários; e assegurar a observância, no mercado, das condições de utilização de crédito fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (Lei 6.385/76, art. 4º, incisos III, VII e VIII).

Proteção dos investidores: Proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra emissões irregulares de valores mobiliários; atos ilegais de administradores e acionistas controladores das companhias abertas, ou de administradores de carteira de valores mobiliários; e o uso de informação relevante não divulgada no mercado de valores mobiliários.



Evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado (Lei 6.385/76, art. 4º, incisos IV e V).

Acesso à informação adequada: Assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários negociados e as companhias que os tenham emitido, regulamentando a Lei e administrando o sistema de registro de emissores, de distribuição e de agentes regulados (Lei 6.385/76, art. 4º, inciso VI, e art. 8º, incisos I e II).

Fiscalização e punição: Fiscalizar permanentemente as atividades e os serviços do mercado de valores mobiliários, bem como a veiculação de informações relativas ao mercado, às pessoas que dele participam e aos valores nele negociados, e impor penalidades aos infratores das Leis 6.404/76 e 6.385/76, das normas da própria CVM ou de leis especiais cujo cumprimento lhe incumba fiscalizar (Lei 6.385/76, art. 8º, incisos III e V, e art. 11).

Estas e outras informações relevantes a respeito do Comissão de Valores Mobiliários relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/cvm/pt-br>.

## **Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis**

A Administração da Autarquia declara que atua em conformidade com a legislação e com todas as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

## **2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

### **Bases de Mensuração utilizadas**

O modelo de mensuração dos elementos registrados nas demonstrações da CVM é o do custo histórico.

### **Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (ME/STN).





As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis da Comissão de Valores Mobiliários que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Balanço Orçamentário (BO);
- III. Balanço Financeiro (BF);
- IV. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- V. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- VI. Notas Explicativas.

### **Principais Critérios e Políticas Contábeis**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da CVM, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

#### **Moeda funcional**

A moeda funcional é o Real.

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem a conta única e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Destaca-se que as disponibilidades de caixa são depositadas no Banco Central do Brasil conforme estabelecido no §3º do art. 164 da Constituição Federal, são movimentadas sob os mecanismos da Conta Única do Tesouro Nacional (art. 1º da Medida Provisória nº 2.170/2001).

#### **Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) multas a administrativas a receber; (iii) demais créditos e valores; e (iv) ajustes para perda. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. O ajuste para perdas é apurado com base no histórico de recebimento dos 03 (três) exercícios anteriores.

#### **Estoques**



Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas pelo custo médio ponderado, conforme art. 106 da Lei nº 4.320/64.

### **Ativo realizável a longo prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) multas a receber; (iv) dívida ativa. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

### **Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

### **Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, na CVM são os softwares destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, e são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quanto tiverem vida útil definida).

### **Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.



Em virtude da falta de um sistema informatizado apto para o cálculo da depreciação dos bens móveis da CVM, e também considerando que a plena implantação/funcionamento do sistema SIADS ainda não foi completamente realizada, este item das Demonstrações encontra-se desatualizado. No exercício de 2024 essa situação se resolverá com a completa adoção do SIADS.

### **Reavaliação, atualização, depreciação de bens imóveis**

Os procedimentos para registro da atualização, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN, na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 e no Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União. A CVM ainda não adota as práticas de reavaliação ou a de redução ao valor recuperável.

### **Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$K_d = (n^2 - x^2) / n^2$ , onde:

$K_d$  = coeficiente de depreciação

$n$  = vida útil da aquisição





$x$  = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

### **Passivos**

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais; (iv) provisões; e (vii) demais obrigações.

### **Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a probabilidade de saída de recursos no futuro é provável e uma estimativa confiável possa ser realizada acerca do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

### **Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

### **Apuração do resultado**

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a) Patrimonial;
- b) Orçamentário; e
- c) Financeiro.

### **Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências



recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

### **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

### **Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### **Sistema de apuração de Custos da CVM**

Para a apuração dos seus custos a CVM aderiu em 2016 ao Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC), que é uma ferramenta tecnológica que tem a capacidade de integrar os principais sistemas estruturantes do Governo Federal - SIORG, SIAPE, SIAFI e SIGPLAN/SIOP em uma única base de dados (data warehouse), armazenando e reunindo as informações de custos que permitem o apoio à tomada de decisões pelo gestor.




A partir de 2018 a CVM passou a alocar seus custos no SIAFI, porém ainda sem a existência dos CENTROS DE CUSTOS (que ainda serão definidos internamente). Atualmente, os custos são todos acumulados no código genérico 0478 no momento das apropriações feitas no SIAFI.

Em virtude da entrada em vigor, em 01/01/2024, da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, e também considerando a edição do **Manual do Processo Gerenciar Custos** do Governo Federal, aprovado pela PORTARIA STN Nº 1.470, DE 29 DE JUNHO DE 2022, a CVM iniciará no próximo semestre os estudos visando à implantação do modelo de gerenciamento de custos, para integral cumprimento das normas.




### **3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2º TRIMESTRE - 2024**



<div><b>TÍTULO:</b> <b>SUBTÍTULO:</b> <b>ORGÃO SUPERIOR:</b> <b>EXERCÍCIO:</b> <b>PERÍODO:</b> <b>EMIÇÃO:</b> <b>VALORES EM UNIDADES DE REAL</b></div> <div><b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b> <b>BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS</b> <b>25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - AUTARQUIA</b> <b>25000 - MINISTERIO DA FAZENDA</b> <b>2024</b> <b>SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)</b> <b>01/08/2024</b></div>			
<b>ATIVO</b>			
ESPECIFICAÇÃO	Nota Explicativa	2024	2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>71.150.061,78</b>	<b>89.650.627,28</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>23.443.759,92</b>	<b>19.215.913,10</b>
<b>Créditos a Curto Prazo</b>		<b>46.825.608,32</b>	<b>69.643.868,95</b>
Créditos Tributários a Receber	1	176.031.289,87	152.372.104,32
Demais Créditos e Valores		4.565.857,57	6.242.109,64
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo		-133.771.539,12	-88.970.345,01
<b>Estoques</b>		<b>381.305,02</b>	<b>361.490,19</b>
<b>VPDs Pagas Antecipadamente</b>		<b>499.388,52</b>	<b>429.355,04</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>149.721.056,53</b>	<b>108.524.782,85</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>104.795.496,70</b>	<b>64.526.254,98</b>
Créditos a Longo Prazo		104.795.496,70	64.526.254,98
Dívida Ativa Tributária	2	547.947.893,31	553.552.141,79
Dívida Ativa Não Tributária	2	5.078.482.677,32	4.965.355.491,76
Demais Créditos e Valores	3	767.099.025,43	432.324.213,10
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-6.288.734.099,36	-5.886.705.591,67
<b>Investimentos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>34.312.428,91</b>	<b>34.127.014,52</b>
Bens Móveis	4	20.506.131,15	20.276.078,82
Bens Móveis		23.890.786,15	23.660.733,82
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-3.384.655,00	-3.384.655,00
Bens Imóveis		13.806.297,76	13.850.935,70
Bens Imóveis		14.689.367,93	14.689.367,93
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-883.070,17	-838.432,23
<b>Intangível</b>		<b>10.613.130,92</b>	<b>9.871.513,35</b>
Softwares	5	10.613.130,92	9.871.513,35
Softwares		11.280.066,62	10.394.072,07
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-666.935,70	-522.558,72
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>220.871.118,31</b>	<b>198.175.410,13</b>





 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b> BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS 25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - AUTARQUIA 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA 2024 SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado) 01/08/2024 VALORES EM UNIDADES DE REAL			
<b>PASSIVO</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Nota Explicativa</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>29.278.946,25</b>	<b>28.786.299,95</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		17.655.669,02	17.631.878,02
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		2.464.126,15	1.347.909,27
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		139.381,31	415,38
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-	-
Provisões a Curto Prazo		1.613.045,56	1.613.045,56
Demais Obrigações a Curto Prazo		7.406.724,21	8.193.051,72
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.579,69</b>	<b>3.729,87</b>
Demais Obrigações a Longo Prazo		3.579,69	3.729,87
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>29.282.525,94</b>	<b>28.790.029,82</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>		<b>2024</b>	<b>2023</b>
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-
Resultados Acumulados		191.588.592,37	169.385.380,31
Resultado do Exercício		22.472.516,38	-159.121.260,02
Resultados de Exercícios Anteriores		169.385.380,31	541.524.620,42
Ajustes de Exercícios Anteriores		-269.304,32	-213.017.980,09
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>191.588.592,37</b>	<b>169.385.380,31</b>

## QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES


ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>23.443.759,92</b>	<b>19.215.913,10</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>159.407.413,59</b>	<b>39.660.613,53</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>197.427.358,39</b>	<b>178.959.497,03</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>6.436.167,18</b>	<b>5.394.104,43</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>55.027.537,54</b>	<b>153.120.692,17</b>

## QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>4.092.163,91</b>	<b>4.011.314,05</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>17.623.909,09</b>	<b>23.119.510,53</b>
Atos Potenciais Ativos	4.092.163,91	4.011.314,05	Atos Potenciais Passivos	17.623.909,09	23.119.510,53
Garantias e Contragarantias Recebidas	4091886,11	4011036,25	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	277,80	277,80	Obrigações Contratuais	17.623.909,09	23.119.510,53
<b>TOTAL</b>	<b>4.092.163,91</b>	<b>4.011.314,05</b>	<b>TOTAL</b>	<b>17.623.909,09</b>	<b>23.119.510,53</b>



DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-2.585.231,53</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-133.378.422,14</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-7.534,14
Previdência Social (RPPS)	-20.820,76
Fundos, Órgãos e Programas	-133.452.493,41
Recursos Não Classificados	102.426,17
<b>TOTAL</b>	<b>-135.963.653,67</b>

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b>					
TÍTULO: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS					
SUBTÍTULO: 25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - AUTARQUIA					
ORGÃO SUPERIOR: 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA					
EXERCÍCIO: 2024					
PERÍODO: SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)					
EMIÇÃO: 01/08/2024					
VALORES EM UNIDADES DE REAL					
RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	Nota Explicativa
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>842.546.277,00</b>	<b>842.546.277,00</b>	<b>699.032.747,32</b>	<b>-143.513.529,68</b>	
Receitas Tributárias	743.779.917,00	743.779.917,00	656.377.789,60	-87.402.127,40	
Taxas	743.779.917,00	743.779.917,00	656.377.789,60	-87.402.127,40	
Receita Patrimonial	789.768,00	789.768,00	395.266,40	-394.501,60	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	28.993,00	28.993,00	-	-28.993,00	
Valores Mobiliários	760.775,00	760.775,00	395.266,40	-365.508,60	
Receitas de Serviços	-	-	1.380.847,52	1.380.847,52	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	1.380.847,52	1.380.847,52	
Outras Receitas Correntes	97.976.592,00	97.976.592,00	40.878.843,80	-57.097.748,20	
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	97.976.592,00	97.976.592,00	40.924.160,49	-57.052.431,51	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	27.307,31	27.307,31	
Demais Receitas Correntes	-	-	-72.624,00	-72.624,00	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>842.546.277,00</b>	<b>842.546.277,00</b>	<b>699.032.747,32</b>	<b>-143.513.529,68</b>	
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>842.546.277,00</b>	<b>842.546.277,00</b>	<b>699.032.747,32</b>	<b>-143.513.529,68</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>842.546.277,00</b>	<b>842.546.277,00</b>	<b>699.032.747,32</b>	<b>-143.513.529,68</b>	
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>	<b>-</b>	<b>-2.104.747,00</b>	<b>-</b>	<b>2.104.747,00</b>	
Superavit Financeiro	-	-	-	-	
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	
Créditos Cancelados	-	-2.104.747,00	-	-	

<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b>							
<b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b>							
TÍTULO: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS							
SUBTÍTULO: 25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - AUTARQUIA							
ORGÃO SUPERIOR: 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA							
EXERCÍCIO: 2024							
PERÍODO: SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)							
EMIÇÃO: 01/08/2024							
VALORES EM UNIDADES DE REAL							
DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	Nota Explicativa
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>314.913.175,00</b>	<b>316.288.428,00</b>	<b>227.534.070,99</b>	<b>102.596.370,45</b>	<b>83.406.213,27</b>	<b>88.754.357,01</b>	
Pessoal e Encargos Sociais	276.701.844,00	277.997.920,00	194.718.221,62	87.357.559,12	70.432.959,38	83.279.698,38	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	38.211.331,00	38.290.508,00	32.815.849,37	15.238.811,33	12.973.253,89	5.474.658,63	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.619.301,00</b>	<b>2.139.301,00</b>	<b>1.726.050,25</b>	<b>677.886,03</b>	<b>570.983,35</b>	<b>413.250,75</b>	
Investimentos	5.619.301,00	2.139.301,00	1.726.050,25	677.886,03	570.983,35	413.250,75	
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>566.779.753,00</b>	<b>566.779.753,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>566.779.753,00</b>	
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>887.312.229,00</b>	<b>885.207.482,00</b>	<b>229.260.121,24</b>	<b>103.274.256,48</b>	<b>83.977.196,62</b>	<b>655.947.360,76</b>	
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>887.312.229,00</b>	<b>885.207.482,00</b>	<b>229.260.121,24</b>	<b>103.274.256,48</b>	<b>83.977.196,62</b>	<b>655.947.360,76</b>	
<b>SUPERAVIT</b>			<b>469.772.626,08</b>			<b>-469.772.626,08</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>887.312.229,00</b>	<b>885.207.482,00</b>	<b>699.032.747,32</b>	<b>103.274.256,48</b>	<b>83.977.196,62</b>	<b>186.174.734,68</b>	


**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>3.704.607,59</b>	<b>12.111.197,13</b>	<b>3.835.983,53</b>	<b>3.584.176,99</b>	<b>333.525,39</b>	<b>11.898.102,34</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.665.478,42	4.673.819,85	481.634,75	444.950,52	19.584,73	5.874.763,02
Outras Despesas Correntes	2.039.129,17	7.437.377,28	3.354.348,78	3.139.226,47	313.940,66	6.023.339,32
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>19.437,52</b>	<b>539.022,72</b>	<b>528.094,25</b>	<b>495.135,27</b>	-	<b>63.324,97</b>
Investimentos	19.437,52	539.022,72	528.094,25	495.135,27	-	63.324,97
<b>TOTAL</b>	<b>3.724.045,11</b>	<b>12.650.219,85</b>	<b>4.364.077,78</b>	<b>4.079.312,26</b>	<b>333.525,39</b>	<b>11.961.427,31</b>

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>221.812,97</b>	<b>22.520.724,56</b>	<b>22.387.289,63</b>	<b>39.401,66</b>	<b>315.846,24</b>
Pessoal e Encargos Sociais	164.659,37	20.919.055,16	20.823.691,15	33.831,65	226.191,73
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	57.153,60	1.601.669,40	1.563.598,48	5.570,01	89.654,51
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	<b>9.318,00</b>	<b>9.318,00</b>	-	-
Investimentos	-	9.318,00	9.318,00	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>221.812,97</b>	<b>22.530.042,56</b>	<b>22.396.607,63</b>	<b>39.401,66</b>	<b>315.846,24</b>





MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO:

SUBTÍTULO:

ORGÃO SUPERIOR:

EXERCÍCIO:

PERÍODO:

EMIÇÃO:

VALORES EM UNIDADES DE REAL

BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - AUTARQUIA

25000 - MINISTERIO DA FAZENDA


2024

SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

01/08/2024


INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	Notas Explicativas
Receitas Orçamentárias	699.032.747,32	620.352.017,29	
Ordinárias	-	-	
Vinculadas	700.602.415,51	622.865.259,99	
Previdência Social (RPPS)	-	-	
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	700.492.128,21	622.861.937,64	
Recursos Não Classificados	110.287,30	3.322,35	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.569.668,19	-2.513.242,70	
Transferências Financeiras Recebidas	118.524.257,28	112.091.553,53	
Resultantes da Execução Orçamentária	96.992.922,63	98.186.152,02	
Repasse Recebido	96.992.922,63	98.186.152,02	
Independentes da Execução Orçamentária	21.531.334,65	13.905.401,51	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	9.276.038,39	6.405.419,80	
Demais Transferências Recebidas	1.625.233,86	2.505.284,25	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	10.630.062,40	4.994.697,46	
Recebimentos Extraorçamentários	427.879.847,08	370.169.171,78	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	19.297.059,86	18.346.569,44	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	125.985.864,76	106.495.953,27	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	219.613,48	98.237,00	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	282.377.308,98	245.228.412,07	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	9.620,17		
Restituições a Pagar	1.101.994,95	74.670,55	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	5.323,15	7.110,84	
Arrecadação de Outra Unidade	281.260.370,71	245.146.630,68	
Saldo do Exercício Anterior	19.215.913,10	19.507.281,76	
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.215.913,10	19.507.281,76	
TOTAL	1.264.652.764,78	1.122.120.024,36	




 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b> TÍTULO: BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS SUBTÍTULO: 25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIAS ORGÃO SUPERIOR: 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA EXERCÍCIO: 2024 PERÍODO: SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado) EMIÇÃO: 01/08/2024 VALORES EM UNIDADES DE REAL			
DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	Notas Explicativas
<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>229.260.121,24</b>	<b>207.902.358,25</b>	
<b>Ordinárias</b>	<b>258.933,62</b>	<b>1.244.314,00</b>	
<b>Vinculadas</b>	<b>229.001.187,62</b>	<b>206.658.044,25</b>	
Previdência Social (RPPS)	-	-	
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e	229.001.187,62	206.658.044,25	
-			
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>985.454.457,51</b>	<b>872.716.830,87</b>	
Resultantes da Execução Orçamentária	172.422,48	55.578,00	
Repasse Concedido	172.422,48	55.578,00	
Independentes da Execução Orçamentária	985.282.035,03	872.661.252,87	
Movimento de Saldos Patrimoniais	985.282.035,03	872.661.252,87	
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>26.494.426,11</b>	<b>21.129.838,94</b>	
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	22.396.607,63	16.427.225,65	
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.079.312,26	4.624.393,87	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.506,22	75.866,87	
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	2.352,55	
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		2.352,55	
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>23.443.759,92</b>	<b>20.370.996,30</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.443.759,92	20.370.996,30	
<b>TOTAL</b>	<b>1.264.652.764,78</b>	<b>1.122.120.024,36</b>	





 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b> TÍTULO: DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS SUBTÍTULO: 25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA ORGÃO SUPERIOR: 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA EXERCÍCIO: 2024 PERÍODO: SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado) EMIÇÃO: 01/08/2024 VALORES EM UNIDADES DE REAL			
	2024	2023	Notas Explicativas
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>5.303.283,44</b>	<b>2.850.246,63</b>	
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.100.144.306,89</b>	<b>977.770.219,89</b>	
Receita Tributária	656.377.789,60	572.321.018,52	
Receita Patrimonial		3.127,35	
Receita de Serviços	1.380.847,52 -		
Remuneração das Disponibilidades	395.266,40	397.559,18	
Outras Receitas Derivadas e Originárias	40.878.843,80	47.630.312,24	
Outros Ingressos Operacionais	401.111.559,57	357.418.202,60	
Ingressos Extraorçamentários	219.613,48	98.237,00	
Restituições a Pagar	1.101.994,95	74.670,55	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	5.323,15	7.110,84	
Transferências Financeiras Recebidas	118.524.257,28	112.091.553,53	
Arrecadação de Outra Unidade	281.260.370,71	245.146.630,68	
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.094.841.023,45</b>	<b>-974.919.973,26</b>	
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-98.276.748,80</b>	<b>-91.542.158,42</b>	
Administração	-98.286.368,97	-91.539.805,87	
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	9.620,17	-2.352,55	
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-11.091.310,92</b>	<b>-10.585.117,10</b>	
Intragovernamentais	-10.648.119,61	-10.192.077,49	
Outras Transferências Concedidas	-443.191,31	-393.039,61	
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-985.472.963,73</b>	<b>-872.792.697,74</b>	
Dispêndios Extraorçamentários	-18.506,22	-75.866,87	
Transferências Financeiras Concedidas	-985.454.457,51	-872.716.830,87	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-1.075.436,62</b>	<b>-1.986.532,09</b>	
<b>INGRESSOS</b>	-	-	
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.075.436,62</b>	<b>-1.986.532,09</b>	
Aquisição de Ativo Não Circulante	-239.370,33	-843.886,48	
Outros Desembolsos de Investimentos	-836.066,29	-1.142.645,61	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-	
<b>INGRESSOS</b>	-	-	
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-	
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>4.227.846,82</b>	<b>863.714,54</b>	
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>19.215.913,10</b>	<b>19.507.281,76</b>	
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>23.443.759,92</b>	<b>20.370.996,30</b>	



 TÍTULO: SUBTÍTULO: ORGÃO SUPERIOR: EXERCÍCIO: PERÍODO: EMIÇÃO: VALORES EM UNIDADES DE REAL	<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b>  DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIM. - TODOS OS 25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - AUTARQU 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA 2024 SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado) 01/08/2024		
	<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS</b>		
		<b>2024</b>	<b>2023</b>
			<b>Notas Explicativas</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.742.903.934,81</b>	<b>1.407.103.730,19</b>	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	<b>961.525.015,83</b>	<b>904.326.346,01</b>	
Taxas	961.525.015,83	904.326.346,01	
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>1.380.847,52</b>	<b>3.127,35</b>	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.380.847,52	3.127,35	
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>523.095,89</b>	<b>719.233,75</b>	
Juros e Encargos de Mora	127.363,57	320.162,23	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações	395.732,32	399.071,52	
Financeiras			
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>118.524.257,28</b>	<b>112.091.553,53</b>	
Transferências Intragovernamentais	118.524.257,28	112.091.553,53	
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de</b>	<b>105.426,10</b>	<b>200.000,00</b>	
<b>Passivos</b>			
Ganhos com Incorporação de Ativos	77.000,00	200.000,00	
Ganhos com Desincorporação de Passivos	28.426,10	-	
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>660.845.292,19</b>	<b>389.763.469,55</b>	
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-72.624,00	-	
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	77.393.241,97	49.751.756,40	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	583.524.674,22	340.011.713,15	
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>1.720.431.418,43</b>	<b>1.404.950.182,21</b>	
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>93.235.102,55</b>	<b>93.248.367,94</b>	
Remuneração a Pessoal	69.718.999,15	66.477.186,69	
Encargos Patronais	12.273.955,94	11.657.901,81	
Benefícios a Pessoal	2.258.301,89	1.608.170,12	
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	8.983.845,57	13.505.109,32	
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>328.063,66</b>	<b>317.316,84</b>	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	328.063,66	317.316,84	
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>14.169.511,22</b>	<b>12.018.651,16</b>	
Uso de Material de Consumo	66.360,67	6.935,70	
Serviços	13.914.135,63	11.834.797,47	
Depreciação, Amortização e Exaustão	189.014,92	176.917,99	
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>258,58</b>	<b>44,25</b>	
Juros e Encargos de Mora	258,58	43,92	
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	
Descontos Financeiros Concedidos	-	0,33	
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>985.922.013,82</b>	<b>873.137.217,85</b>	
Transferências Intragovernamentais	985.454.457,51	872.716.830,87	
Transferências ao Exterior	467.556,31	420.386,98	
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de</b>	<b>530.270.202,52</b>	<b>413.648.344,30</b>	
<b>Passivos</b>			
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/	524.222.943,77	410.940.514,42	
Perdas			
Desincorporação de Ativos	6.047.258,75	2.707.829,88	
<b>Tributárias</b>	<b>1.305.129,36</b>	<b>372.020,00</b>	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.285.133,68	361.963,53	
Contribuições	19.995,68	10.056,47	
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>95.201.136,72</b>	<b>12.208.219,87</b>	
Constituição de Provisões	-	76.418,03	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	95.201.136,72	12.131.801,84	
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>22.472.516,38</b>	<b>2.153.547,98</b>	



## **4. NOTAS EXPLICATIVAS**



## INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis:

#### BALANÇO PATRIMONIAL:

##### Nota Explicativa nº 01: Créditos Tributários a Receber

Créditos Tributários a Receber	30/06/2024	31/12/2024	AH%	AV%
Créditos Tributários Não Previdenciário	176.031.289,87	152.372.104,00	15,53%	3,13%
Subtotal	176.031.289,87	152.372.104,00	15,53%	3,13%
(-) Ajuste para perdas	(133.771.539,12)	(88.970.345,00)	50,36%	2,38%
Total	42.259.750,75	63.401.759,00	-33,35%	-0,75%
Circulante	42.259.750,75	63.401.759,00		
Não Circulante	-	-		

A conta evidencia os valores a receber relativos à TAXA de FISCALIZAÇÃO devida à CVM pelo exercício regular do seu poder de polícia, exigível para aqueles que se mantêm cadastrados e daqueles novos cadastros por ocasião do seu registro inicial (fatos geradores ocorridos na data do cadastro). Os valores devidos são apurados mensalmente (regime de competência) pelos sistemas da Gerência de Arrecadação e Cobrança (GEARC) e compõem-se dos saldos a receber (líquido de pagamentos e cancelamentos).

Trata-se de créditos de taxa de fiscalização cujo vencimento se dá em maio de cada exercício (para aqueles cadastrados). Corresponde aos valores vencidos e não pagos e que se encontram em processo de cobrança administrativa.

Importa registrar que a periodicidade para o fato gerador do crédito tributário decorrente da Taxa de Fiscalização CVM passou a ser anual (anteriormente trimestral), em função da alteração do art. 4º, III, da Lei nº 7.940/89 pela Medida Provisória nº 1.072, de 01.10.2021, posteriormente convertida na Lei nº 14.317, de 29.03.2022, tendo seus efeitos iniciados a partir do exercício financeiro de 2022.

Ajuste para perda: referente aos créditos tributário não previdenciário relativo à taxa de fiscalização da CVM cujo vencimento se dá em maio de cada exercício. Corresponde à expectativa de não recebimento com base no histórico de pagamento dos 03 (três) anos anteriores.

**Nota Explicativa nº 02:**  
**Dívida Ativa Tributária e Não Tributária**

No âmbito da Comissão de Valores Mobiliários, a gestão da dívida ativa está a cargo da Procuradoria Federal Especializada – PFE/CVM, que se utiliza do Sistema de Dívida Ativa da CVM (DIVDAT). Há também a gestão dos processos de Dívida Ativa pela Procuradoria Geral Federal – PGF/AGU, por meio do sistema SAPIENS DÍVIDA.

Div. Ativa Trib. e Não Trib.	30/06/2024	31/12/2024	AH%	AV%
Dívida Ativa Não Tributária	5.078.482.677,32	4.965.355.491,76	2,28%	90,26%
Créditos Não Previdenciários Inscritos	547.947.893,31	553.552.141,79	-1,01%	9,74%
Subtotal	5.626.430.570,63	5.518.907.633,55	1,95%	100,00%
(-) Ajuste para perdas	(5.613.686.956,97)	(5.506.260.284,15)	1,95%	100,00%
Total	12.743.613,66	12.647.349,40	0,76%	-0,23%
Circulante	-	-		
Não Circulante	12.743.613,66	12.647.349,40		

**A) Dívida Ativa Não Tributária**

A conta reflete os créditos oriundos das Multas aplicadas pela CVM que não foram recebidas na fase administrativa e acabaram sendo inscritas em Dívida Ativa para a cobrança judicial.

Sua variação positiva (R\$ 113.127.185) se deu pelo saldo entre os eventos de inscrição de novos créditos e os eventos de pagamento ou cancelamento de créditos inscritos.

**A) Dívida Ativa Tributária**

A conta reflete os créditos oriundos da Taxa da CVM que não foram recebidos na fase administrativa e acabaram sendo inscritos em Dívida Ativa para a cobrança judicial.

Sua variação negativa (-R\$ 5.604.248) se deu pelo saldo entre os eventos de inscrição de novos créditos e os eventos de pagamento ou cancelamento de créditos inscritos.

**Ajuste para Perdas:** A conta consolida os ajustes para perdas da Dívida Ativa Tributária e da Não Tributária, calculada com base no histórico de recebimentos dos últimos 03 (três) exercícios (99,77%).



**Nota Explicativa nº 03:  
Demais Créditos e Valores**

	30.06.2024	31.12.2023
Créditos a Receber decorrentes de Infrações	767.099.025	432.324.213
(-) Ajuste para Perdas Estimadas	-675.047.142	-380.445.308
	92.051.883	51.878.905

A conta é composta por saldo de multas a receber aplicadas no âmbito administrativo pela CVM no uso da sua função jurisdicional (multas cominatórias e sancionadoras).

Importante registrar que os registros das atualizações da parte das multas a receber por competência mensal tiveram que ser suspensos no mês de AGOSTO/2023, uma vez que os relatórios que vinham sendo utilizados como documentos hábeis se revelaram inconsistentes diante dos dados controlados pela Gerência de Cobrança e Arrecadação – GEARC, após a realização de uma auditoria da CGU nessa área.

Está em andamento o desenvolvimento de uma aplicação de tecnologia da informação para possibilitar a geração de novos relatórios que reflitam os estoques das multas em cada competência e os respectivos movimentos de débito e de crédito em cada um dos referidos estoques (estoque de **Ativo Contingente**, estoque de **Ativo Circulante**, estoque de **Ativo Não-Circulante** e estoque de **Créditos Encaminhados para Inscrição em Dívida Ativa**).

Para o encerramento do exercício de 2023, os saldos das contas de multas a receber que devem constar no **Ativo Não-Circulante** foram atualizados com base no relatório extraído do Sistema de Controle de Multas – SCMUL, que permite apenas o conhecimento da posição em uma determinada data, não sendo possível captar os movimentos a débito e a crédito das referidas contas. Somente após o desenvolvimento da aplicação de TI referida no parágrafo anterior, será possível a captação das informações dos movimentos.

Importante registrar que a rotina de registro por competência dos créditos de multas a receber foi descontinuada em agosto/2023 para acerto da composição dos relatórios fornecidos pelos respectivos sistemas geradores. A CVM está trabalhando para regularizar o conjunto de contas contábeis desse assunto até o final do exercício de 2024. Enquanto isso, os registros estão sendo feitos trimestralmente, com base nos relatórios de estoques de multas a receber fornecidos pela GSI/STI e revisados pela GEARC.

**Nota Explicativa nº 4:  
Bens Móveis e Depreciação**

A CVM passou a realizar o registro da depreciação a partir do exercício de 2011. No exercício de 2015, os dispositivos da NBC T 16.9 relativos à depreciação foram atendidos parcialmente, observando-se que o método de depreciação é compatível com a vida útil econômica dos ativos e aplicado uniformemente, de acordo com a Macro Função SIAFI 03.03.30.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado pela Autarquia foi o de quotas constantes até 31/12/13.

Devido a restrições para prorrogação do contrato envolvendo o Sistema ASI, fornecido pela empresa Link Data, que é o atual sistema de controle patrimonial utilizado pela CVM, o seu serviço de manutenção está suspenso. Cabe ressaltar que a CVM iniciou a migração desses registros ainda em 2021 para o sistema SIADS, fornecido pelo SERPRO, que passou a ser de uso obrigatório pela Administração Pública Federal.

Para resolver essa pendência da geração de informações relativas aos bens móveis, inclusive a depreciação, em 2021 a CVM deu início ao processo de implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - SIADS, em atendimento à Portaria nº 232/2020 – Ministério da Economia, que tornou obrigatório o SIADS no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo federal.

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Bens Móveis	R\$ 23.890.786,15	R\$ 23.660.733,82
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	R\$ -3.384.655,00	R\$ -3.384.655,00

**Nota Explicativa nº 5:  
Softwares e Amortização Acumulada de Softwares**

Os intangíveis da CVM são os softwares adquiridos prontos ou fabricados por empresas terceirizadas que são contratadas para essa finalidade. Há também os softwares fabricados por meio do uso da própria força de trabalho dos servidores da CVM. De acordo com as informações obtidas da área de TI, bem como outros softwares específicos de uso de alguns componentes organizacionais, com vistas à data-base de 31 de dezembro de 2023, há em operação 48 (quarenta e oito) soluções de informática desenvolvidas internamente e 14 (quatorze) licenças de uso de softwares adquiridos de terceiros. Dessas, 4 licenças de uso com prazo determinado (3 com prazo de 36 meses e 1 com prazo de 48 meses) estão reconhecidas na rubrica de intangíveis com vida útil definida e seus respectivos custos de aquisição estão sendo amortizados. Os demais intangíveis estão reconhecidos na rubrica de vida útil indefinida e 1 em desenvolvimento.



Registre-se também que os desembolsos feitos com a Manutenção Evolutiva de softwares são objetos de ativação na conta contábil do respectivo intangível. Já as manutenções corretivas e adaptativas são registradas como despesas da competência em que ocorrem, não impactando a conta do ativo intangível que recebeu os serviços.

Composição dos Intangíveis em uso (contas custo):

	30.06.2024	31.12.2023
Intangível Vida Útil Definida	981.012,25	981.012,25
Intangível Vida Útil Indefinida	9.784.445,06	8.990.379,79
Intangível - Em Desenvolvimento	514.609,31	422.680,03
	11.280.066,62	10.394.072,07

Intangível Líquido:

	30.06.2024	31.12.2023
Intangível (Conta Custo)	11.280.066,62	10.394.072,27
(-) Amortização Acumulada	-666.935,70	-522.558,72
Intangível Líquido	10.613.130,92	9.871.513,55

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2024.

Documento assinado eletronicamente

**Maurinei Marcos dos Santos**  
Contador Responsável - CRC/AM 013988-O3  
Portaria da Presidência nº 52/2021

